



UNS E OUTROS: ESPAÇO DE TODOS/AS/ES

One and the other: everyone's space

Bianca Siqueira Martins Domingos

Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9249-4754>

URL: <http://lattes.cnpq.br/7210085651960891>

E-mail: biancasiqueira.m@gmail.com

Aline Cristina Gomes da Costa

Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP

URL: <http://lattes.cnpq.br/4948410793005745>

E-mail: aline.cgc.arq@gmail.com

Cilene Gomes

Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP

URL: <http://lattes.cnpq.br/4907904919744128>

E-mail: cilenegomes2011@gmail.com

Trabalho enviado em 18 de julho de 2022 e aceito em 30 de janeiro de 2023



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 16, N.01., 2024, p. 144-171.

Bianca Siqueira M. Domingos, Aline Cristina Gomes da Costa e Cilene Gomes

DOI: [10.12957/rdc.2024.69223](https://doi.org/10.12957/rdc.2024.69223) | ISSN 2317-7721

RESUMO

Considerando o problema de reconstrução da experiência de horizontalização das relações sociais, no contexto de crise social e urbana de nossos dias, objetiva-se suscitar reflexões teórico-conceituais sobre a transição do pensamento único à consciência universal, a caminho do suposto novo período demográfico da história. Para tanto, buscou-se recuperar imagens perceptuais do espaço dividido mediante observações da vida social urbana para encadear conexões com intuições conceituais em vista de uma cognição possível da dialógica Eu-Outro a partir das noções de fronteira, comunidade, identidade e alteridade. A metodologia parte da análise teórica viabilizada por produções bibliográficas, documentos e reportagens jornalísticas das temáticas abordadas no artigo. Para atrelar os conceitos abordados à vivência no espaço de todos/as/es, será apresentado o estudo de caso do “Touro de Ouro” da Bolsa de Valores (B3), que foi colocado e retirado do espaço público no mês de novembro de 2021 na cidade de São Paulo. Pondera-se que a possibilidade de superação da condição de homens divididos contra si mesmos perpassa a ética da responsabilidade pelo outro, o que leva a concluir que o espaço de todos deve se fundamentar nos desígnios do humanismo concreto e na existência possível de comunidades políticas democráticas, livres de discriminações.

Palavras-chave: Experiência social. Dialógica. Decolonialidade. Nação passiva. Espaço urbano.

ABSTRACT

Considering the problem of reconstruction of the experience of horizontalization of social relations, in the context of social and urban crisis of our days, the objective is to raise theoretical-conceptual reflections on the transition from a single thought to universal consciousness, on the way to the supposed new demographic period of story. Therefore, we sought to recover perceptual images of the divided space through observations of urban social life to link connections with conceptual intuitions in view of a possible cognition of the dialogic self-other from the notions of border, community, identity and otherness. The methodology is based on theoretical analysis made possible by bibliographic productions, documents and journalistic reports on the themes addressed in the article. To link the concepts addressed to the experience in everyone's space, the case study of the "Golden Bull" of the Stock Exchange (B3) will be presented, which was placed and removed from the public space in november 2021 in São Paulo city. It is considered that the possibility of overcoming the condition of men divided against themselves permeates the ethics of responsibility for the other, which leads to the conclusion that the space of all must be based on the designs of concrete humanism and on the possible existence of political communities democratic, free from discrimination.

Keywords: Social experience. Dialogic. Decoloniality. Passive nation. Urban space.

INTRODUÇÃO

Com a finalidade de mobilizar ideias sobre a sociedade contemporânea, as cidades e o futuro, em contexto de crise social e humana (que assola diferentes grupos e seres humanos individuais), para refletir sobre a reconstrução do pensamento urbanístico e da vida urbana, é preciso, de fato, que se considere a



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 16, N.01., 2024, p. 144-171.

Bianca Siqueira M. Domingos, Aline Cristina Gomes da Costa e Cilene Gomes

DOI: 10.12957/rdc.2024.69223 | ISSN 2317-7721

coexistência de múltiplos cotidianos e sociabilidades em diferentes regiões e lugares do território brasileiro, a partir do que se constata nas metrópoles brasileiras, sobretudo na grande metrópole paulistana e suas ramificações pela região concentrada do país.

Essa mobilização do pensamento em consideração ao princípio antropológico e geográfico da sociodiversidade da população urbana e de populações sob influência ou em confronto com o mundo urbano - não é tarefa simples, porque perpassa a essencialidade de relações intersubjetivas (verticais e horizontais) e as forças de ação/afirmação consciente e de resistência do Outro espoliado, integrante de numerosa parcela de pessoas destituídas de condições mínimas para a subsistência e a vida digna.

Em relação a sociodiversidade supracitada, que faz referência a fatores como distribuição geográfica, línguas faladas, etnias e organização social, é importante mencionar que, embora no título do artigo conste os sufixos 'as' (gênero feminino) e 'es' (linguagem neutra) na palavra 'todos', o texto não perpassa por questões e discussões específicas ligadas a gênero. A inclusão desses sufixos no título do artigo teve como intenção evidenciar ao longo do texto que partimos da percepção inclusiva e plural de espaços públicos urbanos. Incorporar linguagem inclusiva e neutra ao nos referirmos a espaços que deveriam acolher em vez de espoliar o/a Outro/a/e é assumir uma postura crítica contra apagamentos e silenciamentos nas produções acadêmicas e científicas.

Pesquisadores da vida social e da cidade buscam há tempos explicar o fenômeno da espoliação, que divide as pessoas contra si mesmas, afastando-as da natureza social da vida humana, levando à acumulação de privilégios, favores e riquezas a uns, e a outros, hostilidade, violências, estigmas (MARTINO, 2021). O conceito de espoliação urbana, sistematizado por Lúcio Kowarick (1979) em obra homônima, aborda as faltas, dilapidações ou precariedades no acesso à moradia, mobilidade, consumo e fruição de equipamentos urbanos que incidem sobre os trabalhadores mal remunerados na industrialização em São Paulo. Nessa lógica excludente e desigual, "o capital, a cidade e a classe trabalhadora interessam como fonte de lucro" (KOWARICK, 1979, p. 53). Nessa lógica excludente e desigual, os trabalhadores, a cidade e o capital são instrumentalizados, interessam sobretudo como fonte de rentabilidade e de lucros.

Com essa busca, hipóteses são reformuladas e reavaliadas a cada tempo no sentido de deitar raízes na história dos países subdesenvolvidos, na vulnerabilidade ideológica (GUIMARÃES, 2003), dependência cultural (FURTADO, 1999), racionalidade patrimonialista (FAORO, 1993) e ultraliberal

(RIBEIRO, 2020) de desenvolvimento que os têm assolado, resultando em inúmeras evidências de mercantilização da vida social e agravamento das desigualdades socioespaciais¹.

Com essa compreensão, chega-se, hoje, à ciência da dificuldade de se permanecer no âmbito da rasa percepção do contraponto entre o Eu e o Mundo, o Eu e o Outro, - os Outros - e à necessidade de reencontrar o caminho de volta à natureza gregária do ser humano, ao sentimento de a ela pertencer e por ela ser responsável. Segundo Halbwachs (1990, p. 133), “(...)quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em quem se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem”. Dessa maneira, sabe-se que a relação entre o Eu e o Outro – os Outros – é inerente à constituição de seu entorno material e à medida em que o grupo modifica suas técnicas e seu modo de agir dentro do espaço, as paisagens da cidade se transformam lentamente (HALBWACHS, 1990).

De modo geral, entende-se que a cidade é feita “das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado” (CALVINO, 2016, p. 14), o que conecta as diferentes experiências socioespaciais a um limiar temporal que pode ser visto como marcas e símbolos que se apresentam como rugosidades na contemporaneidade, cuja estética colonizadora ainda é construída e reproduzida no imaginário e nas paisagens físicas e virtuais da sociedade brasileira.

Nesse contexto crítico, importa ensaiar no presente artigo as vias de um possível retorno, não por nostalgia, mas para reacender experiências não vividas, potências não realizadas (ZIMMER, 2015), outras heranças (JACQUES, 2020) de um tempo adormecido ou silenciado.

Segundo Calvino (2016), a cidade “se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata” (CALVINO, 2016, p. 14), para a construção de novos espaços materiais e simbólicos, o que, por sua vez, possibilita afirmar que podem e devem ser ressignificados de acordo com uma lógica decolonial (DUSSEL, 1993; MIGNOLO, 2008; QUIJANO, 2009) e com base nas reflexões teóricas sobre a transição do pensamento único à consciência universal, segundo a proposição de Milton Santos (2000) em seu livro *Por uma outra globalização*.

Para isso, necessariamente, cumpre pensar sobre a precedência do ser humano, de todas as pessoas, e a centralidade do social no suposto novo período demográfico da história, reavendo, antes, a noção de nação passiva e dos homens lentos, grande maioria da população e economia do país (SANTOS, 2000), sem deixar de olhar para o problema das fronteiras sociais e urbanas.

¹ Ver o debate sobre a grafia do termo socioespacial ou socioespacial proporcionado por Igor Catalão (2011).

Com esse propósito, e em recorrência a reflexões pretéritas, a questão das relações com o Outro também será abordada mediante o recurso ao conceito de comunidade e ao princípio dialógico (BUBER, 1987; 2009), confluindo ao ideal de urbanidade associada à democratização de esferas públicas e humanização dos espaços de vida (GOMES, 2019), integrado a novos projetos de sociedade, assentados, portanto, na premissa da heterogeneidade social, do multiculturalismo e interculturalismo.

Com esse percurso de investigação teórica e observações, restaria discutir a questão da espécie de causa pela transformação social que o trabalho na universidade nos impulsiona, o que certamente não se dissocia da compreensão do mundo e da urgência reflexiva sobre a ética da responsabilidade aplicada à relação com os Outros, tal como inspira a filosofia de Levinas (1991; SILVA, 2018) e Paul Ricoeur (2014), em diálogo com a abordagem decolonial de Dussel (1993), Mignolo (2008) e Quijano (2009)².

Por hora, é necessário compreender que ainda estamos inseridos na razão imperial - influenciada pelo positivismo e moldada dentro da política imperial de identidades -, para descolonizar o modo de pensar e de agir politicamente dentro desse modelo, pois de acordo com o semiólogo Mignolo (2008, p. 290), a opção decolonial é epistêmica porque se desvincula dos “fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento”, marcando uma forma de aprender a desaprender que precisa ser considerada na promoção de uma transformação humana e social.

Nesse sentido, o artigo organiza-se em três seções, para discorrer, primeiro, sobre um contexto de observações da vida social urbana e lacunas do conhecimento e, na sequência, para estabelecer um ponto de apoio no pensamento teórico-conceitual por uma possível reaproximação multidisciplinar à realidade do Outro, dos outros, da vida urbana, enfim, em seu fluxo de acontecimentos e transformações nesse tempo recente de pandemia. Na seção intitulada “Nem tudo que reluz é ouro na era das vacas magras”, serão atrelados os conceitos abordados à vivência no espaço de todos/as/es por meio da apresentação do caso do “Touro de Ouro” da Bolsa de Valores (B3), escultura que foi colocada e retirada do espaço público no mês de novembro de 2021 na região central da cidade de São Paulo. Nessa seção, os acontecimentos são apresentados cronologicamente, tensionados pela disputa dos que preferiam a permanência e dos que preferiam a remoção da escultura.

² Achille Mbembe, filósofo camaronês, explica em sua literatura as diferenças entre descolonizar e decolonizar, sendo que a primeira tende a se referir ao processo histórico que encerrou o período colonial e, o segundo, tende a se referir ao trabalho ético e epistemológico de transcender a situação colonial para uma realmente nova. Em complementação a este entendimento, Walter Mignolo traz em sua literatura diversas terminologias emergentes das discussões decoloniais nos últimos cinco anos, como: decolonial, descolonialidade, descolonização do conhecimento e pós-colonialidade (esta última com maior aceção nos Estados Unidos).

Uma das principais lacunas implícitas a essa intenção reflexiva é, sem dúvida, campo entreaberto ao esboço de um ensaio teórico sobre as interações sociais, que se apresenta a partir de percepções e significações do mundo social atual, de racionalidades da época e do tecido socioespacial urbano, complexo e multidimensional, hoje reconsiderado por suas infindáveis interfaces com o universo dos movimentos digitais (COSTA et al., 2021). Justamente, a partir dessa lacuna assim percebida, o novo nascerá de intuições conceituais advindas com a exploração do pensar sobre as interações com o Outro, de uns com os outros, em suas localizações e lugares no espaço urbano.

Segundo Lefebvre (1972, s/p), na atual Era Urbana, “somos levados ainda a pensar com os conceitos, com as ideias, com as representações do período anterior, ou seja, do período industrial”, e “não pensamos o espaço urbano” tal qual um “espaço de segregação no qual a população é dispersada, (...) porque também se pretende dispersá-la” (IDEM, s/p). A segregação a que Lefebvre (1972) se refere pode ser vista no modelo da política de identidade colonial, porque “todos os elementos da vida social (...) foram separados uns dos outros”, na Europa “sob pretexto de funcionalização” (IDEM, s/p) e na América Latina, higienismo social e eugenia e pelas formas de apropriação do espaço público pelo capital que será ilustrado metaforicamente pelo caso do “Touro da B3” em 2021.

Com essa perspectiva de desenvolvimento, as considerações resultantes do artigo serão encadeadas por meio de proposições reflexivas, indicativas dos movimentos vitais, no ser social, de centração, descentração (centração no outro) e supercentração (TEILHARD DE CHARDIN, 2006). Este último processo é entendido no sentido de uma dialógica, uma força de coesão que nos aspira, pelo pensamento e a ação, ao centro ideativo do espaço de todos, aos desígnios e desenhos (MOTTA, 2015) de um projeto comum, projetos realizados em comum, nos espaços do conhecimento e das cidades, promovendo a cultura humanista, isto é: o humanismo concreto, o cultivo de valores ligados à formação da individualidade, consciência e o bem estar dos seres humanos em suas interações com os grupos e lugares de vida.

OBSERVAÇÕES DA VIDA SOCIAL URBANA: ESPAÇO DIVIDIDO

Não é preciso muito para reativar o olhar e as observações da vida social urbana e, assim, reconstituir uma constelação de agentes e situações do espaço dividido - onde uns e outros interagem de modo mais ou menos consciente ou posicionado, conforme os antagonismos do processo de desconstrução e reconstrução das respectivas experiências socioculturais e históricas. Bastaria recuperar a partir do momento presente, *flashes* de mobilizações no espaço público de grandes cidades (HOLSTON, 2016), ou das formas variadas de criação e fortalecimento de fronteiras simbólicas (JOVCHELOVITCH,



2008) e materiais entre segmentos sociais diversos da população em todo lugar. Poderíamos, ainda, reaver as distopias da urbanização e urbanidade construídas historicamente e ressignificadas pelos atributos e perplexidades do espírito da época na pandemia: a morte do espaço público, ou de um sentido público do espaço, como enuncia Lunardon (2020).

Ressalta-se que os “modelos de cidades ideais para alguns, porém completamente desigual e distópico para outros” está intrinsecamente ligado às práticas de “urbanistas e profissionais técnicos que pensam e executam ações sobre a cidade”, vendo-a “como um produto meramente técnico e geométrico” (GOMES, DOMINGOS e ZANETTI, 2020, p. 2), que pode ser transformado de acordo com os interesses hegemônicos.

Quase que não seria mais preciso relembrar de configurações urbanas na ótica da segregação e desigualdades de toda sorte, mas nunca será demais chamar atenção ao verdadeiro problema da nação, segundo Milton Santos: a nossa formação social, “a medida de um Brasil entorpecido a ponto de não elaborar o seu vir a ser”³. Se a dimensão da história do espaço humano, particularizada pela origem e crescimento das cidades, revela experiências sociais não vividas em razão de processos de dominação-subjugação e exploração econômica, a experiência da formação do ser social e dos cidadãos (SANTOS, 2014) não terá cumprido sua plena função de transmissão de forças de reconstrução da experiência humana e cultural para as novas gerações e o seu desenvolvimento.

Por que ainda temos sido tão trôpegos nas movimentações do ser social e político para a construção de pré-condições à afirmação do novo período demográfico da história (SANTOS, 2000)? Talvez, aqui, então, devêssemos recuperar o aporte interpretativo de Milton Santos sobre a nação ativa e a nação passiva, sobre o relógio despótico do mundo (SANTOS, 1996; 2000) e os homens lentos (SANTOS, 2000), estes a quem, supostamente, caberia o despertar ao passo firme de porta-vozes da transformação social e da ação político-educativa nos (dos) espaços vividos.

Se a velocidade imposta ideologicamente é um paradigma de nossa época, ela não existe sem a produção ilimitada de racionalidades ligadas às temporalidades da existência cotidiana fundada na consciência obtida pela experiência da escassez (SANTOS, 2000, p. 126). Estas temporalidades da suposta nação passiva, composta pelos homens lentos, convocam, no entender de Santos (2000, p. 157), a um dinamismo próprio mais expressivo no sentido da reinterpretação da situação individual, do lugar de vida, do país e do mundo, podendo constituir a base para outra política, mais condizente ao interesse social.

³ Assim indagou O Professor Milton Santos no Seminário Humanidades, Pesquisa e Universidade, na FFLCH-USP (em março de 1994): “em que medida o Brasil Profundo está entorpecido a ponto de não elaborar o seu vir a ser?”

Considerando a perspectiva decolonial de *aprender a desaprender* (MIGNOLO, 2008) para realizar essa reinterpretação socioespacial, é preciso entender que a sociedade “se ‘atola’ nos seus próprios espaços especializados, fragmentários, isolados uns dos outros” (LEFEBVRE, 1972, s/p). Então o modo de produção “organiza – produz – **ao mesmo tempo** que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo). É assim que ele se realiza” (LEFEBVRE, 2006, p. 8, **grifo nosso**), e tal situação “reúne o mental e o cultural, o social e o histórico” (IDEM), reconstituindo um processo complexo de descoberta, produção e criação, de acordo com a lógica da simultaneidade:

descoberta (de espaços novos, desconhecidos, continentes ou o cosmos) – **produção** (da organização espacial própria a cada sociedade) – **criação** (de obras: a paisagem, a cidade como monumentalidade e o *décor*). Isso evolutivamente, geneticamente (com uma gênese), mas segundo uma lógica: a forma geral da **simultaneidade**; pois todo dispositivo espacial repousa sobre a justaposição na inteligência e na junção material de elementos dos quais se *produz* a simultaneidade ... (LEFEBVRE, 2006, p.6, **grifo nosso**).

Nos diversos espaços - o físico, o mental e o social -, o que interessa a Lefebvre (2006, p. 22) é “a distância que separa o espaço ‘ideal’, dependente das categorias mentais (lógico matemáticas), do espaço ‘real’, o da prática social. Enquanto cada um implica, põe e supõe o outro” em uma relação dialética e de simultaneidade. Para compreender como a cidade estabelece essas dinâmicas em seu território, é importante observar quem são seus autores e quanto a prática social faz parte de suas experiências cotidianas.

Todavia, o ponto nevralgico que nos incumbe por responsabilidade reflexiva e investigativa parece ser, mesmo, a questão da horizontalização das relações sociais (SANTOS, 2017) no tecido socioespacial urbano, envolvendo uma multiplicidade de sujeitos coletivos, grupos ou formas de associação e o correspondente engajamento na agregação de forças e condições para a condução de novas ações políticas e experiências democráticas. Mobilizações, insurgências, levantes, protestos, assentamentos, ocupações, redes colaborativas, coletivos digitais: não seriam expressões de inconformidade por uma outra política forjada nas prerrogativas da sobrevivência e da solidariedade ativa nos mais diferentes lugares em todo país? São diversas as abordagens que confluem na tentativa de oferecer análises à reflexão da sociedade: dentre outras, a política dos lugares⁴; a política de proximidade, de que fala Ana Fernandes⁵; nas palavras de Holston (2016), o novo fazer acontecer da vida na cidade, a

⁴ Conforme a proposição temática do Colóquio “O Obelisco. Arquitetônicas, ou por uma política de arquitetura e de lugares”, realizado pelo Laboratório de Desenho de Estratégias Urbano-Regionais (LADEUR), PUC-Campinas, São Paulo, em 30 de novembro de 2017.

⁵ Ideia desenvolvida no VI Seminário do Programa de Pós-graduação Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (PPGPLUR/UNIVAP), realizado em março de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tzRKYetyDpM&t=8s>

nova cidadania urbana fundada na produção cotidiana do espaço da cidade por inúmeros habitantes à margem dos direitos humanos e à cidade etc.

Será esta então a metamorfose da transformação histórica vivenciada no presente momento e contexto de experiências cotidianas de conexões plurais, presenciais e remotas, entre uns e outros e muitos grupos, mobilizando a associação de indivíduos pela causa da transformação social, humana, política e urbana? Mas como lidar com a eventualidade e/ou durabilidade de tantas mobilizações de grupos? Quais as motivações convergentes e o sentido da construção em comum, de algo comum, no universo dessa diversidade de experiências coletivas? Será realmente possível por essa via tangencial e de caráter localizado que se dará, como política pública, a transformação do espaço humano dividido em espaço de todas as pessoas?

As representações mentais do espírito de nossa época, ligadas, dentre outras, à da fragmentação e pluralidade do tecido socioespacial, podem estar sinalizando ao difícil aprendizado de desconstrução-reconstrução da experiência de grupos ou coletivos e dos próprios indivíduos na busca de construção de sociabilidades e individualidades fortes. Inspirando-nos em Simmel (2005), esta experiência subentende a superação do dinheiro como denominador comum de todos os valores e da superação do pensamento único, homogeneizante (SANTOS, 2000), à consciência universal (SANTOS, 2000), fundada na construção de um novo universalismo, à base dos valores diferenciais de continentes, países, lugares e pessoas, dando origem a outra perspectiva para o futuro humano, similar às abordagens mais recentes da decolonialidade.

NEM TUDO QUE RELUZ É OURO NA ERA DAS VACAS MAGRAS

Antes de apresentar o caso do “Touro da B3”, é importante mencionar a respeito das figuras colonizadoras que ainda predomina no imaginário e na construção de espaços e paisagens brasileiras. Segundo Dussel (1993), “a América Latina foi a *primeira colônia* da Europa moderna” (p.50), e Espanha e Portugal foram “a primeira região da Europa a ter a ‘experiência’ originária de constituir o Outro como dominado e sob o controle do conquistador, do domínio do *centro* sobre a *periferia*” (IDEM, p.15). Com o objetivo de “fazer do país ocupado um prolongamento orgânico do seu” (IDEM, p. 117), “os habitantes das novas terras descobertas não aparecem como Outros, mas como o Si-mesmo a ser conquistado, colonizado, modernizado, civilizado, como “matéria” do ego moderno” (IDEM, p. 36), porém, segundo Dussel (1993), um si-mesmo que nunca será si-mesmo, porque em “um país com maioria não-europeia, foi inserido no imaginário social a hipervalorização da pessoa branca, cujo colorismo ditava quem poderia ter mais aceitação social e direito de ser considerado como cidadão” (DUSSEL, 1993, p. 44), onde uma cultura se



estabeleceu em detrimento de outras já existentes, sob uma ótica religiosa cristã que pune o outro por sua própria existência, sendo ela considerada pecadora e sem direitos.

Essa lógica, reflete as fragmentações e desconstruções-reconstruções no espaço até os dias atuais, que pode ser ilustrado com o caso que ocorreu no centro de São Paulo em 2021. No dia 16 de novembro, a Bolsa de Valores brasileira, B3, posicionou em frente a seu prédio na rua XV de Novembro uma escultura denominada “Touro de Ouro”, desenvolvido pelo artista plástico e arquiteto Rafael Brancatelli. A escultura possuía “5,10 metros de comprimento, 3 metros de altura e 2 metros de largura” construída “sobre uma estrutura metálica tubular com multicamadas de fibra de vidro de alta densidade e pintura de alta temperatura anticorrosiva” (B3, 2021), Figura 1 (a). Colocado pela B3 (2021) como um “novo ponto turístico”, a escultura estabelece conexões imagéticas e simbólicas com a escultura do Touro de *Wall Street* (ou ‘Charging Bull’, em inglês), Figura 1 (b). Situado em Manhattan (Nova York), o touro estadunidense “tem 3,4 metros de altura e 4,9 metros de comprimento” e foi criado pelo “artista italiano Arturo Di Modica” após “o colapso acionário de 1987” (CNN Brasil, 2021).

Figuras 1 – (a) Escultura “Touro do Ouro” da B3 em São Paulo (Brasil) e (b) Touro de *Wall Street* (EUA)



(a)



(b)

Fonte: (a) B3 (2021) e (b) CNN Brasil (2021)

A figura do touro é apropriada pelo mercado financeiro para simbolizar a força do capital e, principalmente, pelo “movimento que o animal costuma fazer com a cabeça de baixo para cima” (CNN Brasil, 2021). Colocar um touro dourado parecido com o touro de *Wall Street* no centro de São Paulo é, sobretudo, sintomático. O alinhamento do atual governo federal com políticas neoliberais que favorecem o empresariado se amalgama à admiração do presidente pelo ideário norte-americano. Pela perspectiva do espaço da elite e do capital, o Diretor Executivo da B3 afirmou que:

“o Touro de Ouro representa a força e a resiliência do povo brasileiro. A B3 está trazendo esse novo símbolo para valorizar não apenas o centro de São Paulo, mas o desenvolvimento do mercado de capitais do Brasil, que passa pela própria história da bolsa. O centro é o coração do mercado financeiro e, após a fusão que originou a B3, em 2017, a companhia optou não apenas em permanecer na região, como em contribuir para sua retomada” (B3, 2021).

Apesar do diretor de Relacionamento com Clientes e Pessoa Física da B3 afirmar que “não havia momento melhor para o lançamento do Touro” (B3, 2021), a cor ouro que fazia a escultura reluzir era ofuscada por muita pobreza, desemprego, inflação e fome na capital paulista. De acordo com o jornal El País (2021) “na cidade mais rica do Brasil, capital do Estado mais rico do país, mais de 20.000 pessoas vivem nas ruas” e o desemprego “atingiu 14,8 milhões de pessoas”. Esse cenário foi agravado pela pandemia de COVID-19 (ou coronavírus), que levou o país a uma crise econômica com reflexos diretos sobre os mais vulneráveis.

Vemos aqui um pouco “mais do mesmo” do que já vivemos desde a época da colonização, que promove os processos de segregação socioespacial e, mais recentemente, de gentrificação urbana, que se desdobram na legitimação do espaço construído, imposta “de cima para baixo” (SANTOS, 2000). Nas dinâmicas gentrificadoras que produzem segregações urbanas, Sharon Zukin (2000, p. 85) destaca que “os interesses capitalistas desempenham um papel essencial como agentes da dialética entre mercado e lugar” que se reflete na paisagem construída “em torno de instituições sociais dominantes (a igreja, o latifúndio, a fábrica, franquias corporativas) e ordenada pelo poder dessas instituições” (p. 84). Dessa forma, a gentrificação é um fenômeno de transformação de espaços urbanos motivado por interesses privados que visam valorizar edifícios e equipamentos para atração de consumo e, com isso, ocorrem exclusões da população com baixo poder aquisitivo frente ao aumento do custo de vida decorrente desse fenômeno.

No mesmo semestre em que o Touro da B3 foi idealizado e colocado no centro de São Paulo, “a alta no preço dos alimentos levou muitas famílias a buscarem itens como gordura e ossos de boi nos açougues e até em caçambas de descarte” (G1, 2021). Esses números tornam a presença da escultura no espaço público cada vez mais descolada da realidade e incômoda aos que estão excluídos da lógica da financeirização, do mercado de capitais.

Há um abismo social entre o espaço concebido e o espaço vivido, em que o primeiro muitas vezes busca omitir a existência do outro com a criação de uma série de códigos espaciais que se apresentam de forma confortável no espaço mental, onde a reflexão epistemológica “constrói seu espaço abstrato e reflete sobre os espaços abstratos (lógico matemáticos)”, o que, por sua vez, identifica que “a ‘prática teórica’ se reduz à reflexão egocêntrica do intelectual ocidental especializado, e por consequência à



consciência inteiramente separada” (LEFEBVRE, 2006, p. 29). No entanto, não se trata de “destruir códigos por uma teoria crítica, mas se trata de explicar sua destruição, de constatar os efeitos e (talvez) construir um novo código através do *sobrecódigo* teórico”, a partir de uma “inversão da tendência dominante, e não substituição” (IDEM, p. 30) de um modelo por outro.

Segundo Lefebvre, essa inversão de tendência e de sentido “não tem nada a ver com a conversão de significados aos significantes, praticada em nome de uma preocupação intelectualista de teoria ‘pura’” (IDEM, p. 31), pois no modo de produção atual e na “sociedade em ato”, tal como ela é, o espaço tem o poder de assumir uma realidade própria, “visto que o espaço assim produzido também serve de instrumento ao pensamento, como à ação, que ele é, ao mesmo tempo, um meio de produção, um meio de controle, portanto, de dominação e de potência {poder}” (IDEM). Dessa forma, o espaço construído pode representar a constituição de uma projeção espacial que considera a ideologia e a estrutura de uma sociedade, onde segundo Lefebvre (1983), cada agente da produção do espaço tem suas próprias representações, tais como

el promotor, el banquero, la autoridad administrativa o política, el urbanista, el planificador, el comerciante, el propietario de terreno, etcétera. Incluso "el usuario". Cada miembro de un grupo capaz de intervenir y de formular exigencias (cuantitativas o cualitativas) también posee sus representaciones del espacio, del habitat, de la circulación, etcétera. Cree mirar y se representa (LEFEBVRE, 1983, p. 247).

Em conformidade com essa afirmação de Lefebvre (1983), de que cada membro de um grupo social tem o poder de intervir e formular exigências, Certeau (2014) menciona que “os procedimentos do consumo contemporâneo parecem constituir uma arte sutil de ‘locatários’ bastante sensatos para insinuar as suas mil diferenças no texto que tem força de lei” (CERTEAU, 2014, p. 48-49). Ou seja, o texto da cidade pode ser imposto pelo espaço mental, mas o leitor (locatário) possui uma astúcia que tem força de lei, cuja “leitura introduz, portanto, uma ‘arte’ que não é passividade” (IDEM), podendo dessa forma, também conceber espaços de acordo com suas próprias regras e coerências socioespaciais, ou seja, de acordo com uma perspectiva “de baixo para cima” (SANTOS, 2000). Porque é em meio ao incômodo que brota a resistência.

No que diz respeito a instalação do Touro “de ouro”, além dos protestos, piadas e memes que circularam na internet, um dia depois que a escultura foi colocada em frente à B3, no dia 16 de novembro o movimento Juventude Fogo no Pavio colou cartazes do tipo lambe com a palavra “Fome” destacada, Figura 2.

Figura 2 – Protesto com uso de cartazes no “Touro do Ouro” da B3





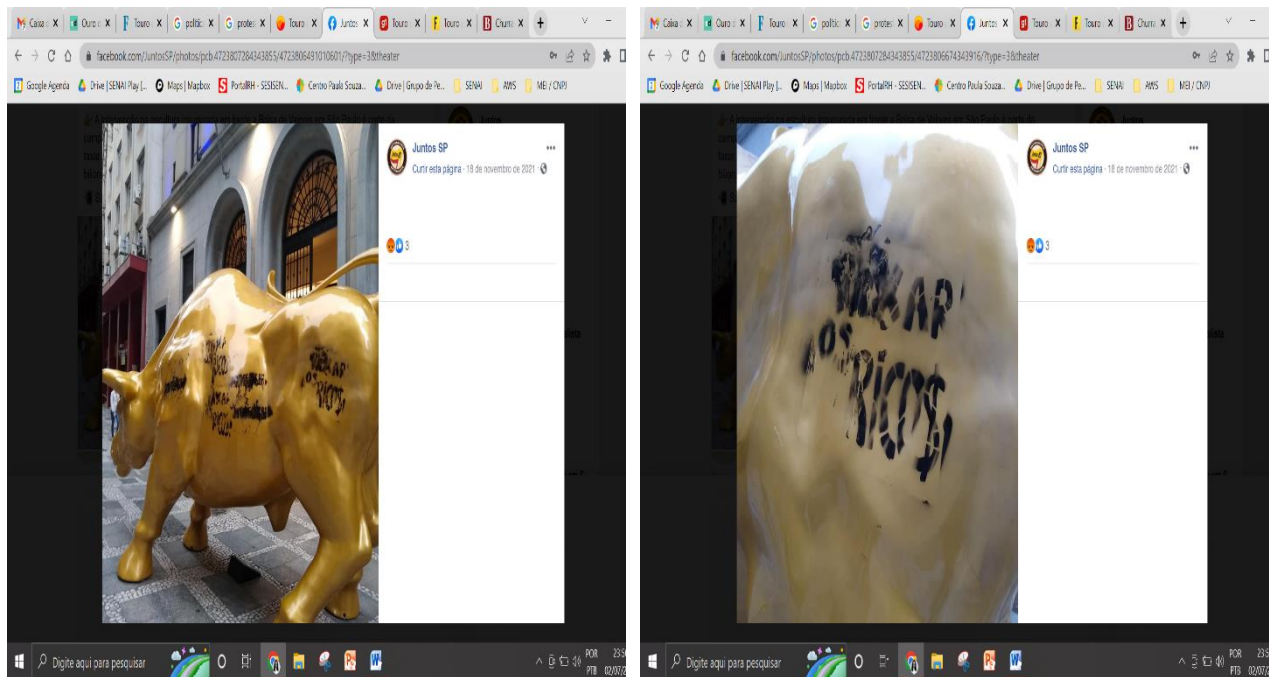
Fonte: G1 (2021)

Em texto publicado nas redes sociais pelos manifestantes, o protesto do movimento foi “contra a fome, a desigualdade social, o emprego e a falta de oportunidade para a juventude periférica” (G1, 2021):

"Nesta semana, a Bolsa de Valores instalou a estátua do Touro de Ouro no Centro de São Paulo. O que para eles simboliza a força do mercado financeiro, para nós é um símbolo da fome, da miséria e da superexploração do trabalho. Mas, também é um lembrete de que continuaremos na luta por uma vida com dignidade. E é por isso que hoje fizemos essa ação simbólica de protesto".

No dia seguinte, em 18 de novembro, ocorreu mais um protesto promovido pelo movimento Juntos SP, que pintou as frases “taxar os ricos” e “juntos.org.br” na escultura, Figuras 3 (a) e (b).

Figuras 3 (a) e (b) – Protesto com frases pintadas no “Touro do Ouro” da B3



(a)

(b)

Fonte: Facebook Juntos SP (2021)

Na noite do mesmo dia, 18 de novembro, a ONG SP Invisível promoveu um churrasco para moradores de rua e ambulantes em frente ao Touro da B3, Figuras 4 (a) e (b). O co-fundador da ONG afirmou que: “o preço da carne no mercado aumentou, está tudo muito caro. Enquanto o Touro sinaliza um progresso, esse progresso de fato não existe, estamos vivendo um retrocesso” (CORREIO BRAZILIENSE, 2021).

Na legenda das imagens do churrasco no perfil de Instagram da ONG SP Invisível está a pergunta “Progresso pra quem?”, seguido do texto que diz: “debateamos significado, estética e política enquanto 116 milhões de brasileiros vivem a insegurança alimentar e famílias inteiras comem do lixo para sobreviver”.

Figuras 4 (a) e (b) – Churrasco em frente ao “Touro do Ouro” da B3



(a)



(b)

Fonte: Instagram SP Invisível (2021)

A permanência da escultura no espaço público paulistano durou pouco mais de uma semana. A Comissão de Proteção à Paisagem Urbana (CPPU) da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura de São Paulo, em sua 20ª Reunião Extraordinária⁶ que ocorreu por meio do aplicativo *Microsoft Teams* e transmitida ao vivo pelo *YouTube*, considerou a escultura irregular e determinou a sua retirada no dia 23 de novembro, Figura 5. A CPPU decide “sobre intervenções na paisagem urbana que possam interferir na Lei Cidade Limpa” e “avaliou que a estátua se trata de uma peça publicitária”, e que o “debate dividiu a Comissão, com cinco representantes votando pela retirada do touro, e quatro integrantes se posicionando a favor da permanência” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2021).

De acordo com o extrato da Reunião Extraordinária da CPPU, que foi publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo em 25 de novembro de 2021, página 25, a retirada da escultura compôs a pauta número 3 da Reunião:

03) 6056.2021/0005279-8; DMAISB ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO; EXPOSIÇÃO DE ESCULTURA DENOMINADA "TOURO DE OURO". Após a relatoria, seguida de debates, deliberou, por unanimidade de votos, da proposta apresentada pelo encaminhamento à Subprefeitura Sé para providências e sanções cabíveis, de acordo com os artigos 39 e 40 da Lei Municipal nº 14.223/2006; deliberou, por maioria de votos, da proposta apresentada em plenário, pela não retirada de pauta do processo; e deliberou ainda, por maioria de votos, da proposta apresentada em plenário, pela remoção da escultura,

⁶ A convocação, o extrato, a gravação da reunião e a ata podem ser consultados na íntegra no link disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/desenvolvimento_urbano/participacao_social/conselhos_e_orgaos_colegiados/cppu/index.php?p=323346. Acesso em 12 de julho de 2022.

por tratar-se de intervenção de caráter predominantemente publicitário, resultando no indeferimento da solicitação do interessado.

Figura 5 – Retirada do “Touro do Ouro” da B3 do espaço público



Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO (2021)

A retirada está em consonância com a Lei Municipal Cidade Limpa (Lei nº 14.223, de 26 de setembro de 2006), aprovada em 2006 e que “trata da ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana, visíveis a partir de logradouro público (ruas, avenidas, praças, etc.) do Município de São Paulo” (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016, p. 9). Os artigos 39 e 40 da Lei Cidade Limpa determinam que (SÃO PAULO (SP), 2006):

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 39. Para os fins desta lei, consideram-se infrações:

I - exibir anúncio:

- a) sem a necessária licença de anúncio indicativo ou a autorização do anúncio especial, quando for o caso;
- b) com dimensões diferentes das aprovadas;
- c) fora do prazo constante da licença de anúncio indicativo ou da autorização do anúncio especial;
- d) sem constar de forma legível e visível do logradouro público, o número da licença de anúncio indicativo ou CADAN;

II - manter o anúncio em mau estado de conservação;

III - não atender a intimação do órgão competente para a regularização ou a remoção do anúncio;

IV - veicular qualquer tipo de anúncio em desacordo com o disposto nesta lei e nas demais leis municipais, estaduais e federais pertinentes;

V - praticar qualquer outra violação às normas previstas nesta lei ou em seu decreto regulamentar.

Parágrafo único. Para todos os efeitos desta lei, respondem solidariamente pela infração praticada os responsáveis pelo anúncio nos termos do art. 32.

Art. 40. A inobservância das disposições desta lei sujeitará os infratores, nos termos de seu art. 32, às seguintes penalidades:

I - multa;

II - cancelamento imediato da licença do anúncio indicativo ou da autorização do anúncio especial;

III - remoção do anúncio.

Desta forma, a Lei “regrou de forma rígida a permanência na paisagem dos chamados anúncios indicativos, que visam identificar as atividades exercidas nas edificações” e, neste caso, se enquadra o Touro da B3 (p. 3).

A escultura, elemento quase sempre cultural e artístico nos espaços urbanos, neste caso do bovino dourado da Bolsa de Valores, representa a materialização dos interesses do capital e a “colonização da animação cultural” pela “máquina do crescimento” ao se tratar de uma “máquina ideológica acionada pelos que administram tanto a construção física quanto a ideacional dos recursos capazes de impulsionar o desenvolvimento dentro e através dos “lugares” da cidade” (ARANTES, 2000, p. 29). Outra leitura possível é a da idealização de São Paulo como uma “cidade-negócio”, que explicita a “contradição recorrente entre o valor de uso que o lugar representa para os seus habitantes e o valor de troca com que ele se apresenta para aqueles interessados em extrair dele um benefício econômico qualquer” (ARANTES, 2000, p. 26).

Os protestos contra a escultura não se encerraram com a sua retirada. No dia 09 de dezembro a escultura de uma “vaca magra” foi instalada no mesmo local onde estava o Touro da B3, Figura 6. De acordo com o Estadão (2021), “a iniciativa é parte da intervenção urbana feita pela artista plástica cearense Márcia Pinheiro, com o objetivo de chamar a atenção para a pobreza e a fome no País”. “Segundo informações do site da artista, as ações são realizadas desde 2011 e buscam fomentar a reflexão e a discussão sobre o tema “aproximando as pessoas da realidade através da arte, democraticamente”” (ESTADÃO, 2021).

Figura 6 – Vaca magra em frente à B3 em São Paulo



Fonte: ESTADÃO (2021)

A artista narra em sua página *online*⁷ que:

Vacas Magras circulou durante cinco anos ocupando espaços públicos de Fortaleza, as dez esculturas idênticas em forma de vacas eram expostas como elementos centrais para ações de guerrilha quando ocupavam a sede dos órgãos do Governo do Estado, como intervenção urbana ocupando os espaços públicos: praças, centro comerciais, terminais de ônibus urbanos, aeroporto, centro cultural, terminais rodoviários, universidade e postos de combustíveis.

A permanência da escultura da Vaca Magra durou poucas horas e, logo após a “chegada de polícia ao local, a obra teve que ser retirada pelos idealizadores para não ser apreendida” (ESTADÃO, 2021). Este ato de manifestação artística e luta pelo direito à cidade se destaca como prática decolonial de resistência epistêmica e social.

⁷ Disponível em: <http://marciapinheiroarteecultura.com/intervencao-2/intervencao/>. Acesso em 03 de julho de 2022.

Movimentos consistentes e levantes esporádicos de atores constituintes do espectro da sociodiversidade irrompem ou avançam contra a imposição de uma racionalidade totalitária e uniformizante buscando exprimir e afirmar as identidades variadas que os agregam. Seriam tais mobilizações formas de resistência organizada a uma ordem social desigual estruturalmente agravada ou mera reatividade insurgente diante de fenômenos emergenciais?

Talvez, possamos consentir à discussão de Marinelo (2022, p. 106), baseada em Ana Clara Torres Ribeiro (2014) e em Gramsci (2007), acerca de uma resistência ao modo de uma “guerra de posição”, figura metafórica para atos ou táticas de enfrentamento indireto com o Estado e segmentos dominantes influenciadores das ações estatais. Quando o enfrentamento direto é desencorajado, restam os posicionamentos e/ou a ocupação de posições como atos viáveis em contextos de controle totalitário ou opressão.

Se a organização e conscientização social que poderão suprir, em diferentes contextos, a inexistência de comunidades políticas democráticas, por meio da constituição de novas esferas públicas de produção de sentidos interpretativos e solidariedades horizontais ativas, para onde apontará a bússola senão ao confronto com a alteridade do Outro e outras instâncias de poder da ação política? Existirão caminhos possíveis para novos pactos de cidadania entre cidadãos e Estado?

A proposição a ser desenvolvida a seguir por meio de intuições conceituais trata, justamente, da reflexão sobre a ascendência da experiência dialógica com o Outro e da proposição exploratória de passos orientados e duráveis para uma possível construção política, abrangente e coordenada segundo níveis político-territoriais e escalas de ação, de acordo com as demandas presentes de todos os cidadãos para alicerçar o trajeto a uma cidadania integral e completa (SANTOS, 2014, p. 146). Consequentemente, poderíamos cotejar a esta política democrática nacional, a perspectiva da experiência correlata de um planejamento socialmente construído para a organização do espaço de todos. Eis outro desafio ao explorar possibilidades e pré-condições ao novo período demográfico da história, segundo Proposição de Santos (2000), onde a centralidade da sociodiversidade, de todos os segmentos sociais, da pluralidade de pessoas, seus potenciais e demandas, é o ponto de partida da nova consciência de ser mundo em todo lugar e das novas ideias, ações e relações para a construção e reconstrução coletiva das condições de vida social, do lugar de vida.

DA EXPERIÊNCIA DIALÓGICA AO ESPAÇO DE TODOS

Com essas observações e indagações oriundas de uma nítida situação de incerteza de uns e outros, desde sempre na história e diante da história recente, sobretudo com agravamentos no momento



pandêmico, resta-nos elaborar alguma recomposição da consciência entre o pensar e as observações, trazendo conexões entre as imagens da percepção e as intuições conceituais para um esboço de cognição possível da realidade presente.

As incógnitas de uma situação justificam-se pela não participação de seu vir a ser pelo pensamento dos sujeitos da história. Dessa forma, se historicamente a nação trôpega de pessoas lentas, alienadas e espoliadas não soube elaborar o seu vir a ser, por hipótese o próprio movimento da história fez chegar a hora de uma reversão, pela progressiva descolonização do olhar, sim, mas, simultaneamente, pela experiência do pensar e agir coletivo a serviço do Outro, todos os outros, da edificação do espaço de todos.

A centralidade dada ao ser humano, à sociodiversidade, a horizontalização das relações sociais e “as interpretações variadas e múltiplas, que ao mesmo tempo se chocam e colaboram na produção renovada do entendimento e da crítica da existência” (SANTOS, 2000, p. 172) são indícios do nascente período demográfico da história, segundo a visão da transição histórica em marcha concebida por Milton Santos (2000), e de novas formas do acontecer social e político.

Nesse ponto de referência, não há razões, todavia, para idealizar a sociedade humana: as fronteiras são reais, simbólica e materialmente reais e, por isso, ensina Milton Santos⁸, subordinadas à história, à compreensão da história de sua formação. Repetimos com o geógrafo: Por que as cidades se fragmentam de forma injusta e perversa? Como o país decidiu participar da história do mundo?

Para este mesmo autor, as fronteiras podem ser, portanto, um dado ainda eficaz ou necessário, tanto para a legitimação de comandos hegemônicos quanto à possibilidade de construção de outra globalização. Por trás do debate emblemático sobre as fronteiras, diz Milton Santos, esconde-se o debate sobre o destino da humanidade: se acabar as fronteiras for tão somente para a unificação do mundo, legitimando a racionalidade perversa do centro de poder, e não para unir os homens, preservar formas diferenciais de preservação cultural ou identitária ou criar medidas compensatórias para as populações discriminadas, por que as suprimir?

A essa abordagem geográfica das fronteiras do poder, resultantes de atos políticos, pode-se combinar outras perspectivas mais aproximadas à discussão central sobre a reconstrução da experiência dialógica, da interação entre uns e outros a caminho da ampliação do debate social sobre a proposição política do espaço de todos, socialmente planejado e construído por todos.

⁸ Em Diálogos Impertinentes - Fronteiras. Disponível em: <http://tvpuc.com.br/home/?p=7155>

No entender de Jovchelovitch (2008, p. 134-135), as fronteiras entre comunidades são construídas por meio de ações relacionais, mas não são apenas constituídas a partir de dentro, sendo igualmente definidas por aqueles que se situam fora das fronteiras de comunidades. De um lado, as fronteiras se constituem por aqueles que se identificam como membros de uma comunidade, produzindo atividades simbólicas e condições materiais para a vida em comum e promovendo a transmissão entre as gerações. De outro lado, as fronteiras de uma comunidade são definidas por múltiplos outros – também engajados em comunidades, em níveis distintos da vida social e graus de proximidade e poder também diferentes –, mediante suas percepções, representações, atitudes e expectativas a seu respeito.

A questão das fronteiras, para essa autora, é complexa, envolve tanto a ação simbólica quanto as relações de poder e dominação e exerce influência no modo de vida de comunidades ao longo do tempo (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 136-137). Os modos de interação e comunicação entre os integrantes de uma comunidade contribuem, assim, para definir a forma da esfera pública e do conhecimento social a ela peculiar, diz Jovchelovitch (2008, p. 136).

Indo mais a fundo no tratamento das relações interpessoais mencionadas por Jovchelovitch, a filosofia de Martin Buber, sobre comunidade e o princípio dialógico, mobiliza a ressignificar as múltiplas formas tangenciais de aglomeração, associação e luta do mundo contemporâneo que não englobam a totalidade da vida, tal como propõe o conceito tradicional de comunidade.

Para este pensador, outro sentido de comunidade pode fundamentar-se sobre algum tipo de “comunalidade” que não significa “o estar-com” estático, mas dinâmico, entre pessoas diferentes que nutrem uma autêntica relação Eu-Tu: onde o que importa são as centelhas, o acontecimento verdadeiro na imediaticidade do simples encontro de homens inteiros, presentes mutuamente, voltados uns para os outros e não instrumentalizados uns pelos outros (BUBER, 1987, p. 88); movidos unicamente pela força real de construir a si mesmos e, assim, edificar a comunidade e educar para o sentido de comunidade.

Nessa acepção de comunidade fundada na relação dialógica Eu-Tu, na reciprocidade da ação interior, na aceitação irrestrita da alteridade do Outro, da parcela do mundo que nos é confiada, deveríamos, então, ainda que existam contrariedades, “aceitar a hora histórica que a [nós] se dirige em toda a sua alteridade e perceber a mensagem que nesta hora [nos] é dirigida, reconhecer que é a [nós] que a questão se dirige e responder” (BUBER, 2009, p. 9). Eis a responsabilidade dos indivíduos nas relações inter-humanas, na conversação genuína, na experiência educativa.

Na instância de relações cotidianas temos um laboratório para o aprimoramento da relação dialógica com o Outro, os outros que se nos apresentam. Temos aí um espaço político de desalienação e redescoberta do que é público, o comum, a igualdade de condição da existência humana e, todavia, a distinção na reciprocidade e inteireza das relações com o Outro – no *status nascenti* da ascendência da

comunidade respondendo a situações, e não na atomização de indivíduos despersonalizados em conglomerados de massa (BUBER, 1987, 132-134).

Nesse campo ideativo, a compreensão da condição humana é indissociável da ética da responsabilidade pelo Outro, tal como a concebe Levinas (1991, p. 71), em contraposição à noção liberal de liberdade individual, indiferente ao Outro (SILVA, 2018, p. 42 e 46), e como propõe esta mesma autora, opondo-se à noção de identidade, igualmente indiferente ao Outro, à ética da alteridade. A convivência democrática entre grupos que se afirmam por identidades diversas só será real se cessar o ciclo de violência das identidades de grupo às alteridades, vale dizer, sem o discurso de eliminação de outras identidades (SILVA, 2018, p. 49).

Na perspectiva da aplicabilidade desse pensar filosófico à concretude do viver urbano, a questão da democracia como modo de vida volta ao primeiro plano pela recuperação do princípio de vida associativa inerente à ideia de democracia (POGREBINSCHI, 2004). Para que constitua experiência ou prática social, é preciso consciência das implicações da vida comunal, dos problemas reais de comunidades reais, problemas urbanos comuns e diferenciais, constituídos historicamente e revelados, hoje, pela recente conjuntura social da pandemia e condições socioespaciais de populações desigualmente acometidas para seu enfrentamento.

No embate de ideários e práticas políticas, por outra democracia menos eleitoreira e ampliada à sua dimensão de solidariedade social ativa, urbanidade torna-se sinônimo de combate à desinformação e promoção do acesso à informação e do conhecimento pela dissolução ideológica e formação de outra consciência e conduta cívica (SANTOS, 2000).

Na visão de Netto (2012, p. 20), ao propor o “reconhecimento de que a urbanidade, em sua diversidade, está associada a um *ethos* urbano, uma condição para a vida coletiva”, traz um horizonte para a vida social urbana, para a urbanidade, como “convergência das alteridades, como o devir do urbano”, o futuro humano no espaço urbano.

Tais seriam os fermentos para a concepção e efetivação de novos pactos sociais, interfederativos e entre Estado e sociedade, assim como de um urbanismo a partir de um Outro-humano e para este Outro-humano (SIGNORELLI e SILVA NETO, 2012), assegurando uma nova ética e nela fundamentando a proposição do espaço de todos, de espaços para a construção de “cidades inteiras de homens inteiros” (SILVA NETO, 2004), vale dizer, de seres humanos inteiros, pessoas inteiras.

Eis a militância pela causa da transformação social e humana: construir visões abrangentes e dinâmicas do que é o mundo e o país, do que são os lugares, alçando voz contra a indiferença ao Outro espoliado e estigmatizado; proclamar a responsabilidade de não apenas colaborar para a formação da consciência das pessoas, mas se revelar por atos e gestos concretos de atenção e resposta, por intermédio

de políticas públicas e ações cotidianas, ao que é socialmente necessário para dotar parcelas numerosas de populações desfavorecidas do direito a ser livre de discriminação e de dispor de condições duráveis para ter sua dignidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto das relações inter-humanas e de um trabalho de produção de conhecimentos construídos coletivamente, incumbe-nos, por isso, a realização de práticas, análises e ensaios teóricos em vista de proposições para cooperar na elaboração e construção de um novo modelo cívico e de organização político-territorial (SANTOS, 2014), sem desconsiderar os possíveis efeitos na conscientização e emancipação política dos sujeitos (individuais e coletivos) da história.

Se a crise societária de nosso tempo (SILVA NETO, 2019) não se dissocia da história de nossa formação social, esta mesma história se desenvolveu a modo de um processo sem agentes (MATOS, 2020). O que deu lugar à instrumentalização dos indivíduos e mercantilização da vida social e retardou o alinhamento dos cidadãos com as frentes de ampliação de valorização da consciência das alteridades, em busca da construção de um futuro com mais responsabilidade pelo Outro e, assim, mais justiça social.

Michel Serres (2003, p. 22), ao refletir filosoficamente em seu livro *Hominescências: o começo de uma outra humanidade*, explica o uso do termo hominescência: “diz respeito a essas esperanças misturadas com inquietudes, essas emergências, medos e abalos”. O autor toca no cerne de uma angústia humana global sem solução, inteiramente implicada neste momento de hominescências: “o afastamento entre os ricos de dinheiro, de corpo, de alimentos, de esperança, de vida, de habitat, de democracia livre e de ciência, (...), e o restante dos mortais que, privados de todos esses bens, atingem o sofrimento permanente, por uma espécie de simetria sem compensação” (SERRES, 2003, p. 22). Nessa contradição estrutural reside todo o problema do agravamento das desigualdades sociais, das convenções sociais que terminam por legitimá-las.

Hoje, se as condições estão postas para uma reversão do pensamento único, hegemônico e redutor, ainda que este processo se apresente impulsionado por evidências de retrocesso e, por isso, repleto de contrafluxos e adversidades, admite-se a prevalência possível de movimentações vitais do ser social em busca do enriquecimento da experiência social real (BENJAMIN, 2012), fundada em humanismo concreto e radicalização democrática (SILVA NETO, 2015).

Para isso, supõe-se que todo assombro ao par do nascimento de um novo ser, um outro-humano, enraíza-se na ascendência do Outro, em sua diversa identidade e alteridade, emergindo das multidões que constituem o viver urbano ou em outro lugar qualquer. Da multidude aos coletivismos, às



personalizações e socializações mais autênticas, algo há a construir pelos movimentos de centração (conhecimento de si), descentração (centração no outro, confirmação do outro) e supercentração (TEILHARD DE CHARDIN, 2006), por convergência e novos atos criativos à causa maior do espaço de todos, de uns e outros ao projeto do espaço de todos.

O caso da escultura “Touro de Ouro”, colocada no espaço público pela Bolsa de Valores de São Paulo (B3), é a materialização da demonstração de força do capital de uns impondo-se sobre o espaço de todos. Durante os oito dias em que permaneceu na rua XV de Novembro, no centro da capital paulista, a escultura foi alvo de protestos combinados à aplicação de legislações municipais que culminaram na retirada da escultura no dia 23 de novembro de 2021. No movimento de construção coletiva e democrática dos espaços urbanos, esse caso representa o fracasso de uma tentativa de demonstração de força do capital frente à resistência da luta de sujeitos conscientes do papel político que podem exercer.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia (Org.). **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Petrópolis, Vozes, 2000, p. 11-74.

B3. **B3 inaugura escultura Touro de Ouro no centro de São Paulo**. 2021. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/noticias/b3-inaugura-escultura-de-touro-de-ouro.htm. Acesso em 02 de julho de 2022.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. Edição Kindle.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. 3ª ed. Obras escolhidas Vol. III. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. São Paulo, Perspectiva, 1987.

BUBER, Martin. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo, Perspectiva, 2009.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Tradução de Diogo Mainard, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CATALÃO, Igor. Socioespacial ou sócio-espacial: Continuando o debate. **Revista Formação On Line**, N. 18, Volume 2, p. 39-62, 2011.

CNN Brasil. **Assim como em Wall Street, B3 terá um “touro de ouro” na frente de sua sede**. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/assim-como-em-wall-street-b3-tera-um-touro-de-ouro-na-frente-de-sua-sede/?s=08>. Acesso em 02 de julho de 2022.



CORREIO BRAZILIENSE. **ONG faz churrasco para moradores de rua em frente a Touro da B3.** 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/11/4964245-ong-faz-churrasco-para-moradores-de-rua-em-frente-a-touro-da-b3.html>. Acesso em 03 de julho de 2022.

COSTA, Aline Cristina Gomes; DOMINGOS, Bianca Siqueira Martins; GOMES, Cilene; MOREIRA NETO, Pedro Ribeiro. Movimentos ciberativistas em tempos pandêmicos: Reflexões sobre a atuação do coletivo Sleeping Giants no Brasil. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social** – Rio de Janeiro – Reflexões na Pandemia 2021 – pp. 1-14.

DUSSEL, Enrique. 1492 **O encobrimento do outro (A origem do “mito da modernidade”)**, Tradução Jaime A. Clasen, Editora Vozes, Petrópolis, 1993.

EL PAÍS. **Pandemia leva famílias para as ruas de São Paulo e acelera mudança de perfil da população sem-teto.** 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-02/pandemia-leva-familias-para-as-ruas-de-sao-paulo-e-acelera-mudanca-de-perfil-da-populacao-sem-teto.html>. Acesso em 02 de julho de 2022.

ESTADÃO. **‘Vaca magra’ é retirada da B3 após chegada da PM.** 2021. Disponível em: <https://investidor.estadao.com.br/noticias/vaca-magra-retirada-b3-chegada-pm>. Acesso em 03 de julho de 2022.

FAORO, Raymundo. A Aventura Liberal numa Ordem Patrimonialista. **Revista USP**, nº 17, 1993, pp. 14-29.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Touro de Ouro da B3 é removido após determinação de comissão.** 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/11/touro-de-ouro-da-b3-e-removido-apos-determinacao-de-comissao.shtml>. Acesso em 03 de julho de 2022.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer:** reflexões sobre a formação do Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

G1. **Grupo faz ato contra a fome na Bolsa de Valores, no Centro de SP, após instalação de Touro de Ouro.** 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/11/17/grupo-protesta-contr-a-fome-na-bolsa-de-valores-de-sp-apos-instalacao-de-touro-de-ouro.ghtml>. Acesso em 03 de julho de 2022.

GOMES, Aline Cristina Gomes da; DOMINGOS, Bianca Siqueira Martins; ZANETTI, Valéria Regina. (Des) Construções no pós-pandemia: Utopias e Distopias. **Revista Políticas Públicas & Cidades**. Volume Especial, Novembro/Dezembro, 2020. DOI: <https://doi.org/10.23900/2359-1552-pandemia-2-2021>.

GOMES, Cilene. Construção da esfera pública e desenvolvimento urbano-regional: pré-condição ao planejamento socialmente necessário. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional - G&DR**. v. 15, n. 4, Edição Especial, p. 94-105, jul/2019. Taubaté, SP, Brasil.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Por uma Política cultural eficaz.** Resistir.info. 2003. Disponível em: https://resistir.info/brasil/politica_cultural.html. Acesso em: 06 de julho de 2022.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 16, N.01., 2024, p. 144-171.

Bianca Siqueira M. Domingos, Aline Cristina Gomes da Costa e Cilene Gomes
DOI: 10.12957/rdc.2024.69223 | ISSN 2317-7721

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Vértice, 1990.

HOLSTON, James. Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, Recife, v.18, n.2, p.191-204, maio-ago. 2016.

JACQUES, Paola Berenstein. **Fantasma modernos**: Montagem de uma outra herança, 1. Salvador, EDUFBA, 2020.

JOVCHELOVITCH, S. **Os contextos do saber**: representações, comunidade e cultura. Petrópolis, RJ, Vozes, 2008.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

LÉVINAS, Emmanuel. **Ética e infinito** (La balsa de la Medusa nº 198) (Spanish Edition). Antonio Machado Libros. Madrid, 1991. Edição do Kindle.

LEFEBVRE, Henri. **Urbanose 15 – Entretien avec Henri Lefebvre**. Realização de Michel Régner, L'Office National du Film du Canada, 1972, disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=z4kIH4Hz3yg>> Acessado em 10 abr. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la ausencia. Contribución a la teoría de las representaciones**. Traducción de Óscar Barahona y Uxo Doyhamboure. Fondo de Cultura Económica, México, 1983.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**, tradução Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace, 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: 2006.

LUNARDON, Kauan A. F. Pandemia e espaço público: um destino distópico? **Anais. I SEMINÁRIO NACIONAL URBANISMO, TEMPO E ESPAÇO**. V.1, n. 1 (2020): GT 02: Utopias, Distopias e o Espaço Urbano Contemporâneo. Disponível em: <https://rppc.emnuvens.com.br/urbanismo/issue/view/24>. Acesso em: 06 de julho de 2022.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **10 lições sobre Goffman**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021, Edição do Kindle.

MATOS, Olgária. **Processos sem sujeito**. Ciclo Mutações: Ainda Sob a Tempestade. Mediação de Carla Rodrigues. CPF Sesc, 8 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3V0Qo6mwum4&t=3281s>. Acesso em 05 ago. 2020.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política**. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, nº 34, p. 287-324, 2008.

MOTTA, Flavio Lichtenfels. Desenho e emancipação. **Monolito**, São Paulo, n. ju/jul. 2015, p. 84-89.

NETTO, Vinicius M. A urbanidade como devir do urbano. AGUIAR, Douglas e NETTO, Vinicius M. (orgs.). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.



POGREBINSCHI, Thamy. A democracia do homem comum: resgatando a teoria política de John Dewey. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, **23**, p. 43-53, nov. 2004.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Manual ilustrado de aplicação da Lei Cidade Limpa e normas complementares**. 2016. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/10/Cartilha-Lei-Cidade-Limpa.pdf>. Acesso em 03 de julho de 2022.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. Capítulo de Livro, In: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula, **Epistemologias do Sul**, Edições Almedina, Coimbra, 2009.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Teorias da ação social**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **As metrópoles e o direito à cidade na inflexão ultraliberal da ordem urbana brasileira**. Texto para discussão 12, Rio de Janeiro, Observatório das metrópoles, 2020.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como outro**. Trad. Ivone C. Benedetti – 1ª ed. Editora WMF Martins Fontes, São Paulo, 2014.

RICOEUR, Paul. **Cinco lições: da linguagem à imagem**, artigo traduzido por Vinícius Sanfelice e Dr. Marcelo Fabri, *Sapere Aude*, v.4, n.8, p.13-36, 2º semestre, Belo Horizonte, 2013.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa 1. A intriga da narrativa histórica**, tradução Cláudia Berliner, introdução de Hélio Salles Gentil, Editora WMF Martins Fontes, São Paulo, 2010.

SÃO PAULO. **Lei Nº 14.223 de 26 de setembro de 2006**. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-14223-de-26-de-setembro-de-2006>. Acesso em 12 de julho de 2022.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, EDUSP, 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo, EDUSP, 2014.

SIGNORELLI, Carlos Francisco; SILVA NETO, Manoel Lemes da. Por um urbanismo a partir do outro. **Arquitextos**, São Paulo, ano 12, n. 140.06, Vitruvius, jan. 2012 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.140/4199>>.

SILVA, Jacilene Maria. **Identidade versus Alteridade: A identidade justificada pela Ética da alteridade, segundo o pensamento de Emmanuel Levinas**. Recife, 2018. Edição do Kindle.

SILVA NETO, Manoel Lemes. Cidades inteiras de homens inteiros: o espaço urbano na obra de Milton Santos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 17, no 1, p. 11-22, jan/jun 2004 – p. 11-22.

SILVA NETO, Manoel Lemes. Pistas de Projeto na Era do Humanismo Concreto. Apresentação em Sessão Livre intitulada *Visões de mundo a partir do olhar de Ana Clara Torres Ribeiro*. **XVI ENANPUR**, Belo Horizonte, 2015.



SILVA NETO, Manoel Lemes. Crise urbano-societária-humanista e urbanização contemporânea: rumos para diálogos interdisciplinares. In: Anita Loureiro de Oliveira; Catia Antonia da Silva. (Org.). In: **Metrópole e crise societária**: resistir para existir. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 265-289.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana**, N. 11, Vol. 2, p. 577-591, 2005.

TEILHARD de CHARDIN, Pierre. **O fenômeno humano**. São Paulo, Cultrix, 2006.

ZIMMER, Jörg. Progresso e recordação em Ernst Bloch e Walter Benjamin. In: MACHADO, Carlos Eduardo Jordão; MACHADO JÚNIOR, Rubens; VEDDA, Miguel (org.). **Walter Benjamin**: experiência histórica e imagens dialéticas. 1ª ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2015. Edição Kindle.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: Arantes, Antonio A. (org.) **O espaço da diferença**. Campinas, Papirus, 2000.

Sobre os autores:

Bianca Siqueira Martins Domingos

Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP (2019 - 2022), Mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI (2013-2015), Graduada em Administração pelo Centro Universitário Teresa D'Ávila - UNIFATEA (2009-2012)

Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9249-4754>

URL: <http://lattes.cnpq.br/7210085651960891>

E-mail: biancasiqueira.m@gmail.com

Aline Cristina Gomes da Costa

Arquiteta e Urbanista (2016), Mestra (2018) e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação (Stricto Senso) em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa & Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP).

Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP

URL: <http://lattes.cnpq.br/4948410793005745>

E-mail: aline.cgc.arq@gmail.com

Cilene Gomes

Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1983), mestrado e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (1994, 2001).

Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP

URL: <http://lattes.cnpq.br/4907904919744128>

E-mail: cilenegomes2011@gmail.com

Os autores contribuíram igualmente para a redação do artigo.

